Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

ADI 2005 00 2 000415-6

O **Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República e pela Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, artigos 6º, inciso I, e 158, e com fundamento no artigo 8º da Lei 8.185, de 14 de maio de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei 9.868, de 10 de novembro de 1999, vem à presença de Vossa Excelência, ajuizar, perante o Conselho Especial desse Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a presente

Ação Direta de Inconstitucionalidade

contra a **Lei Distrital 1.834**, de 14 de janeiro de 1998, alterada pela Lei Distrital 2.453, de 27 de setembro de 1999, frente aos artigos 52 e 100, inciso VI, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 8 de junho de 1993.

I. Do diploma legal impugnado

De início, convém registrar a íntegra do diploma distrital ora atacado, veiculado no Diário Oficial do Distrito Federal de 13.04.1998, *verbis*:

LEI Nº 1.834, DE 14 DE JANEIRO DE 1998

(Autores do Projeto: Deputados Distritais Wasny de Roure e Filippelli)

Cria os núcleos rurais que especifica, na Região Administrativa do Lago Norte – RA XVIII – e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Ficam criados, na Região Administrativa do Lago Norte, RA XVIII, os seguintes núcleos rurais, constituídos pelas chácaras localizadas ao longo dos córregos que lhes dão nome:

- I - Núcleo Rural Córrego Urubu;
- II - Núcleo Rural Córrego Taquari;
- III - Núcleo Rural Córrego Capoeira do Bálsamo;
- IV - Núcleo Rural Córrego Tamanduá;
- V - Núcleo Rural Córrego Olhos d'Água;
- VI - Núcleo Rural Córrego do Torto;
- VII - Núcleo Rural Córrego do Jerivá;

VIII - Núcleo Rural Bananal. (acrescentado pela Lei distrital 2.453, de 27.09.1999)

Parágrafo único. As poligonais das áreas rurais remanescentes previstas no § 1º do art. 31 da Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, onde incidem os núcleos rurais objeto desta Lei, serão definidas no prazo de noventa dias da publicação desta Lei e preservarão a integridade das microbacias respectivas.

Art. 2º A criação dos núcleos rurais especificados no art. 1º tem como objetivos:

- I - promover a regularização fundiária das terras ocupadas na forma de produção agropecuária ou projetos de preservação ambiental, bem como a ocupação ordenada do solo;
- II - facilitar a captação de recursos para desenvolvimento das atividades propostas;
- III - consolidar modalidade de ocupação que estimule a preservação ambiental;
- IV - desenvolver laços comunitários entre os ocupantes e estimular o interesse comum de preservação do relevo, da fauna, da flora e dos recursos hídricos, compatibilizando preservação com produção, onde for o caso;
- V - viabilizar projetos de recuperação de áreas degradadas;

VI - impedir a especulação imobiliária da região;

VII - preservar a dimensão bucólica e o patrimônio paisagístico da região;

VIII - facilitar a instalação de empreendimentos compatíveis com a dinâmica rural, para geração de renda e emprego.

Art. 3º Nos núcleos rurais definidos no art. 1º serão desenvolvidas atividades agrícolas, pecuárias, de preservação ambiental e ecoturismo, que comporão o respectivo plano de utilização, em conformidade com a vocação de cada área e com as diretrizes do órgão competente do Poder Executivo.

§ 1º Os planos de utilização serão definidos para cada agrupamento de chácaras juntamente com a comunidade ocupante das áreas, podendo haver para a mesma área planos diversificados.

§ 2º Nos casos em que restrições ambientais ou o interesse ambiental justifiquem, as glebas dos núcleos rurais poderão estar isentas de qualquer atividade econômica, constando do plano de utilização apenas a preservação, conservação ou recuperação ambiental.

Art. 4º Para os efeitos do disposto nesta Lei, será regularizada a ocupação do solo existente na data de publicação da Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997, na área de abrangência dos núcleos rurais criados, vedados o parcelamento e a expansão da área ocupada.

Parágrafo único. Até que se proceda à regularização de que trata o caput, o poder público concederá autorização precária de uso aos chacareiros cadastrados.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias das secretarias de Governo a que estejam afetos os núcleos rurais.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

CRISTOVAM BUARQUE

Governador

II. Da Inconstitucionalidade formal

A lei impugnada, elaborada por iniciativa de Deputados Distritais, dispõe sobre **a criação de núcleos rurais** na Região Administrativa do Lago Norte.

Com efeito, a lei impugnada deixa de observar as principais normas gerais acerca da **legitimidade para a propositura de leis** que disponham sobre **a administração dos bens públicos** do Distrito Federal, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo.

A Lei distrital 1.834, de 1998, alterada pela Lei distrital 2.453, de 1999, merece ser declarada formalmente inconstitucional, uma vez que faz tábula rasa da disciplina contida na Lei Orgânica do Distrito Federal acerca da iniciativa de leis. Elaborada mediante iniciativa parlamentar, a lei ora atacada dispõe sobre a administração de bens do Distrito Federal, seu uso e ocupação, matéria cuja iniciativa é exclusiva do Governador do Distrito Federal.

Desta forma, foram violados vários dispositivos da Lei Orgânica distrital, com destaque para o artigo 52 e artigo 100, inciso VI, *in verbis*:

Art. 52. **Cabe ao Poder Executivo a administração dos bens do Distrito Federal**, ressalvado à Câmara Legislativa administrar aqueles utilizados em seus serviços e sob sua guarda.

Art. 100. Compete **privativamente** ao Governador do Distrito Federal:

(...)

VI – **iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.**

(sem ênfases no original).

Assim, a inconstitucionalidade, na espécie, é de natureza formal, contaminando por completo a Lei distrital 1.834, de 1998, e não apenas algum artigo ou dispositivo isolado.

Nesse sentido tem decidido, reiteradamente, o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. A título exemplificativo, vale destacar as seguintes decisões, tomadas por unanimidade:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI COMPLEMENTAR N. 323/2000. ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE TAGUATINGA, APROVADO PELA LEI COMPLEMENTAR N. 90/1998. **VÍCIO DE INICIATIVA**. VIOLAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO DF: ARTS. 19, CAPUT, 51, CAPUT E § 3º, 52, 100, INCISO VI, 319 E 320. PEDIDO JULGADO PROCEDENTE.

I - Por ter sido a lei complementar iniciada por proposta de Deputados Distritais, está manifesto o vício de iniciativa, eis que a lei complementar dispôs sobre a administração de bem do Distrito Federal, seu uso e destinação, o que só poderia ter sido viabilizado por projeto de lei originário do Poder Executivo. A Lei Orgânica do DF, **para a criação de normas acerca da administração de bens do Distrito Federal (arts. 52 e 100, inciso VI), defere ao Governador a iniciativa de tal lei,** dispondo também da prerrogativa de veta-lo (art. 58, *caput* e inciso IX).

II - Restando demonstrado que a Lei Complementar n. 323/2000 promoveu alteração no Plano Diretor de Taguatinga (Lei Complementar n. 90, de 11-03-98), após três anos de sua instituição, patente também ficou o desrespeito flagrante dos arts. 19, *caput*, 51, *caput* e § 3º, 52, 100, inciso VI, 319 e 320, da Lei Orgânica do DF. A violação se expressa na não observância do decurso do prazo mínimo de quatro anos para que os planos diretores locais sejam revistos, como também pela afronta aos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, por propiciar a ocupação desordenada do território do Distrito Federal, além do descumprimento dos critérios de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio urbanístico e paisagístico.

III - Tais circunstâncias autorizam o acolhimento do pedido formulado na presente ação direta para proclamar, com efeitos *erga omnes* e *ex tunc*, a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar distrital nº 323, de 29 de novembro de 2000, e material do artigo 1º da referida lei, frente aos artigos 19, *caput*, 51, *caput* e § 3º, 52, 100, inciso VI, 319 e 320, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

(TJDFT, ADI 2001.00.2.001472-8, Rel.: Des. Jeronymo de Souza, Julg.: 06.08.2002, DJ de 26.11.2002, sem ênfases no original)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI COMPLEMENTAR Nº 106/98 - **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL - NORMA SOBRE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO** - INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL - IMÓVEL PÚBLICO - DOAÇÃO SEM LICITAÇÃO - VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - LIMINAR DEFERIDA - LEI COMPLEMENTAR SUSPensa - UNÂNIME.

É conferido ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal competência privativa para iniciar o processo legislativo de qualquer norma que venha a dispor sobre a ocupação e o uso do solo em todo o território do Distrito Federal.

(TJDFT, ADI 2004.00.2.000217-6, Relator: Desembargador LÉCIO RESENDE, Data do julgamento: 24.8.2004, DJ de 19.10.2004, sem ênfases no original).

Destarte, por restar configurado o vício de iniciativa da Lei distrital 1.834, de 1998, cumpre declarar ao final a sua inconstitucionalidade formal, com efeito *ex tunc*, a fim de que não se lhe reconheça efeitos jurídicos.

III. Do Pedido

Diante do exposto, requer o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

- a. seja esta petição inicial recebida pelo Exmo. Sr. Desembargador relator da presente ação e que seja intimado o Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para prestar informações acerca do ato impugnado, no prazo de 30 dias, na forma do artigo 6º da Lei n.º 9.868, de 1999;
- b. em seguida, seja intimado o Procurador-Geral do Distrito Federal, para falar como curador do ato impugnado, nos termos do artigo 8º da Lei n.º 9.868, de 1999 e do artigo 103, § 3º, da Constituição Federal;
- c. a intervenção desta Procuradoria-Geral de Justiça, para ofertar parecer sobre o pedido, na condição de *custos legis*; e
- d. a procedência do pedido, para declarar, em tese e com efeitos *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade da Lei distrital 1.834, de 14 de janeiro de 1998, alterada pela Lei distrital 2.453, de 27 de setembro de 1999, porque contraria os artigos 52 e 100, inciso VI, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Brasília/DF, 3 de fevereiro de 2005.

Antonio Henrique G. Suxberger

Promotor de Justiça Adjunto

Assessor de Controle de Constitucionalidade

ROGERIO SCHIETTI

Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

MPDFT

ADI 2005 00 2 000415-6

Relator: Desembargador Natanael Caetano

[Lei 1834/98](#)

Vício de iniciativa. Criação de Núcleos Rurais no Lago Norte.

Julg. definitivo (7/6/2005): **Julgado procedente o pedido**. Acórdão nº 219.064, publicado em 4/10/2005.